

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas dez horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência da Senhora Deputada Iolanda Barros, tendo a mesma justificado a respetiva falta. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da primeira sessão ordinária, realizada no passado dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezassete para ser submetida a aprovação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da primeira sessão ordinária à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor e duas abstenções, dos Senhores Deputados Horácio Pinto e Carla Franco, por não terem estado presentes na referida sessão, aprovar a referida ata. -----

----- Não participaram na votação da ata os Senhores Deputados Jonathan Pacheco e José Almendra por não estarem ainda presentes na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, a convite do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e da Senhora Presidente da Câmara, interveio o Senhor Professor Francisco José Lopes, que proferiu à leitura de um relatório por si elaborado relativamente aos 40 anos do Poder Local do Concelho de Alfândega da Fé, que a seguir se transcreve, integralmente: -----

----- *“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----*

----- *Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal -----*

----- *Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados Municipais -----*

----- *Exma Senhora e Exmos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias -----*

----- *Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal -----*

----- *Caras e Caros Munícipes presentes. -----*

----- *Em primeiro lugar permitam-me uma saudação amiga a todos os presentes por celebrarmos mais um dia da Liberdade e da Democracia, sem as quais não poderíamos estar aqui hoje como cidadãos empenhados em encontrar os melhores caminhos para o nosso concelho. -----*

----- *Em segundo lugar permitam-me também agradecer à Senhora Presidente da Câmara ter sugerido e ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia ter autorizado a minha presença para poder falar um pouco da homenagem aos autarcas do concelho no âmbito dos 40 anos do Poder Local Democrático, o que muito me apraz fazer, pela data e pela importância que o Poder Local teve e continuará a ter no desenvolvimento do nosso País, com pena minha de que aos Municípios não tenhamos ainda acrescentado as Regiões Administrativas. -----*

----- *Começarei por referir que a ideia desta homenagem aos autarcas marcada para o dia 8 de maio, Feriado Municipal, partiu do Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia e foi desde o início acolhida pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, tendo-se começado bastante cedo a pensar nas iniciativas que deveriam realizar-se para concretizar esta iniciativa. -----*

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Nesta intenção esteve sempre presente o pressuposto de que se tratava de todos os autarcas e não apenas de alguns e nem de outra forma poderia ser. -----

----- Houve duas iniciativas que cedo começaram a ficar definidas: -----

----- -A primeira, preparar uma exposição alusiva ao trabalho autárquico que se desenvolveu durante estes quarenta anos, pois recordar e reconhecer coletivamente o esforço e a dedicação de todos esses obreiros, é a melhor homenagem que se pode prestar; mas ninguém imaginou então em que trabalhos nos iríamos meter...ninguém se lembrou de perguntar, por exemplo, se alguma vez existiu um arquivo fotográfico na nossa Câmara Municipal. -----

----- -A segunda iniciativa foi efetuar a pesquisa documental necessária para a edição de um livro que incluísse **todos** e sublinho **todos**, os nomes dos autarcas do concelho durante o mesmo período; também não se imaginava que assuntos tão recentes levantassem tantos problemas e dúvidas. -----

----- Foi a partir destas duas iniciativas que se começou a pensar em alargar o programa com a entrega de uma pequena placa individual, mas cedo se chegou à conclusão de que, a não ser que essa peça fosse apenas para Presidentes de Câmara, Presidentes da Mesa da Assembleia e Presidentes de Junta, o tempo disponível não seria suficiente, nem para fazer um levantamento dos nomes, sem falhas, nem para mandar executar a peça que se decidisse utilizar, tal seria o número de nomes a envolver. -----

----- Por outro lado, considerou-se igualmente que não faria muito sentido deixar de fora outros autarcas, nomeadamente os de eleição direta, ou seja, Deputados Municipais e Vereadores. Aliás, chegou-se mesmo a pensar nos restantes membros das Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia e até nos eleitos dessas Assembleias. -----

----- Coube-me a tarefa de preparar o livro e a partir dessa pesquisa recolher os nomes para se ter uma ideia da dimensão do número de autarcas que o concelho teve durante este quarenta anos e foi aí que começaram a surgir os problemas, por razões que irei explicando, acabando por levar à conclusão de que não seria possível, em tão curto espaço de tempo, efetuar um levantamento integral dos nomes. Face a esta constatação e tendo em vista que a homenagem deve abranger todos os autarcas conclui-se: -----

----- -Que a exposição fotográfica, pensada para espelhar o essencial das mudanças do concelho durante o período em questão, é um tributo geral a todos os autarcas que participaram desse processo, independentemente do órgão a partir do qual deram o seu contributo; -----

----- -Que o livro a publicar deveria conter o maior número possível de nomes dos autarcas e ainda uma visão de conjunto do percurso do concelho, quer através de textos, quer de imagens; -----

----- -Que não sendo possível fazê-lo para todos, faria sentido considerar os Presidentes de Junta na entrega da placa individual simbólica, colocando-se também uma placa geral no edifício da Câmara Municipal, sendo esta ideia justificada por se reconhecer que estes são os autarcas que no dia-a-dia mais próximos se encontram da população da sua área geográfica e que seria possível reunir, em tempo útil, todos os nomes daqueles que desempenharam esta tarefa. -----

----- As dificuldades vieram a seguir e não foram apenas em relação à recolha dos nomes. Mas a verdade é que a tarefa me ocupou dois longos meses de trabalho. -----

----- A ideia da facilidade de recolha dos nomes dos Presidentes de Junta desapareceu rapidamente, quando eu próprio, para efetuar a pesquisa com vista à preparação do livro, que não tem apenas listas de nomes, me deparei com uma questão complicada: na Câmara Municipal não existe documentação das eleições de 1976, 1979, 1982 e 1985. Essa documentação também existia no antigo Governo Civil e eu sabia que esse arquivo tinha sido enviado para o Arquivo Distrital de Bragança, onde me deslocuei para a consultar. Viagem inútil. A documentação do período posterior ao 25 de Abril e até à extinção do Governo Civil ainda está em caixas, sem qualquer tipo de classificação ou identificação (estamos a falar de todo o distrito) e nem sequer disponível para consulta, pois antes de ser classificada tem de ser registada e isso só acontecerá quando alguém do Ministério da Administração Interna o vier fazer com os serviços daquele Arquivo. -----

----- Restava a informação dada pela Comissão Nacional de Eleições na sua página. Qualquer pessoa pode verificar que a informação ali disponibilizada de pouco serve para o que se pretendia: para 1976 só tem dados das Freguesias de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Alfândega da Fé, Sambade, Vilarchão e Parada e para os anos seguintes, embora tenha informação de todas as Freguesias, exclui os Plenários e só apresenta o nome do cabeça de lista da lista vencedora, o que até pode ser enganador. Por sua vez, os resultados eleitorais com os nomes dos eleitos só começaram a ser publicados no Diário da República em 1993, não se considerando os Plenários, que eram 9. -----

*----- Desta forma, para conseguir chegar ao nome dos Presidentes de Junta, os restantes membros e as Assembleias de Freguesia tiveram logo de ficar de fora, e nem assim a tarefa ficou muito fácil. Direi apenas que a última dúvida sobre se determinada pessoa foi ou não Presidente de Junta só ficou esclarecida à pouco mais de uma semana e ainda ontem de manhã se corrigiu o nome de outro Presidente! Existiram casos semelhantes, mas graças à colaboração dos atuais Presidentes de Junta/União de Freguesias e de outras pessoas ao quem pedimos apoio **foi possível fechar esta lista que contém 108 nomes diferentes.** -----*

----- Para o levantamento dos nomes do Executivo Municipal não houve grandes problemas, pois tínhamos à disposição as atas das sessões de Câmara de 1977 a 2016 e pela sua leitura é possível saber quem foram os Vereadores. Mas é preciso ter atenção às substituições que se foram fazendo em muitos mandatos. Nos primeiros mandatos não se incluíam estes registos nas atas. -----

*----- Para se ter uma ideia, mesmo para o Executivo Municipal, para além dos 6 Presidentes, incluindo a atual Presidente e 1 por substituição, **registei 33 pessoas que exerceram o cargo de Vereador (das quais 14 com mais de um mandato).** -----*

*----- **A maior dificuldade em relação à lista de nomes ficou assim na Assembleia Municipal e nem agora a tarefa pode ser dada por concluída.** Estou mesmo em crer que isso só acontecerá quando houver acesso à documentação eleitoral que referi e mesmo assim pode não ficar tudo esclarecido. As substituições nem sempre se registaram nas atas e os documentos dos primeiros mandatos não se encontram. -----*

*----- **O livro contemplará 168 nomes diferentes de pessoas que exerceram o cargo de Deputado Municipal durante estes 40 anos, identificará os 7 Presidentes de Mesa eleitos, incluindo o atual e 15 Deputados Municipais que exerceram os cargos de Secretários.** Também se identificam as substituições mas se o número de Deputados eleitos diretamente levanta dúvidas, estas ainda mais. -----*

*----- **No livro também se esclarece que em relação à Assembleia Municipal a pesquisa documental só foi fácil até 1990, pois as atas são manuscritas e encontram-se em livros próprios. A partir dessa data e até 2008 a procura das atas atrasou imenso o trabalho. De 2009 para cá as atas estão informatizadas.** -----*

----- Relativamente a todas estas questões e porque me dão esta oportunidade de o fazer, só posso deixar a minha opinião pessoal, como munícipe e já agora como Deputado Municipal que fui em quatro mandatos (embora por razões profissionais que me afastaram para bem longe do concelho não tenha cumprido integralmente dois e nesse tempo não havia ajudas de custos). -----

*----- **Nesse sentido o que eu entendo é que nesta homenagem, com as duas iniciativas previstas (exposição e livro) cabem efetivamente todos os autarcas** e como sempre tive e tenho um grande apreço pelos nossos Presidentes de Junta e agora também de Uniões de Freguesias, **apreço que sei ser extensivo a toda a gente e não apenas pessoal,** não sinto que se esteja a fazer nenhuma discriminação pelo facto de se lhes atribuir uma placa individual e se afixar uma placa geral no edifício dos Paços do Concelho. E também entendo que é tão legítimo assinalar os 40 anos do Poder Local como os 41 ou os 45 e por aí **adiante e esta Assembleia Municipal pode muito bem propor outras iniciativas que recordem os autarcas e promovam a participação cívica dos munícipes nos assuntos do nosso concelho.** -----*

----- Muito obrigado a todos.” -----

EVOCAÇÃO DO “25 DE ABRIL DE 1974”

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA MANUEL SILVA – BANCADA DO PS:

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- “ Bom dia a todos. -----
----- Lembremos que abril nos deu a liberdade de pensar, de falar mas, fundamentalmente, de fazer, de agir.... e agir em prol da dignidade da vida humana”. -----
----- E porque a dignidade nunca pode passar de moda sem ficar delegada a outros planos, lembremos que o que dá dignidade às pessoas é o trabalho, é a habitação, é a saúde. E não permitamos nunca mais que quem não coloca a dignidade acima de todas as outras questões, esteja à frente dos destinos deste país! -----
----- Numa altura em que o nosso país vê melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, em que as liberdades são cada vez mais respeitadas pelas leis e pelas pessoas, vemos no mundo uma violação cada vez mais aguerrida dos direitos e das liberdades humanas! Há, atualmente, mais muros no mundo do que no final da segunda Grande Guerra. -----
----- Não nos podemos deixar cegar por fundamentalismos e falsos patriotismos. A Democracia não é fundamentalista, não é radical nem pode ser fragilizada por falsas ideias de segurança. -----
----- A Democracia é vital e tem-se mostrado bem viva em Portugal! -----
----- Celebremos abril hoje e sempre e cada vez com mais convicção. Não esqueçamos nunca o que nos levou à revolução dos cravos e partilhemos esse pedaço fundamental da nossa história com o mundo, para que não haja necessidade de mais 25 de abril em lado nenhum! -----
----- Viva o 25 de abril! -----
----- Viva Portugal! -----
----- E, fundamentalmente, VIVA A LIBERDADE! -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS TERÊNCIO – BANCADA DO PSD/CDS-PP:

----- “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----
----- Exmªs Srªs Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal -----
----- Exmª Srª Presidente do Município -----
----- Exmº Sr. Vice-presidente do Município -----
----- Exmºs Srs. Vereadores -----
----- Exmºs Srs. Deputados Municipais -----
----- Digníssimos Concidãos -----
----- Bom dia! -----
----- Comemoramos hoje o quadragésimo terceiro aniversário da Liberdade. A revolução de Abril restituiu ao Povo Português os direitos e liberdades fundamentais, libertando-o da ditadura, da opressão e do colonialismo. -----
----- Quarenta e três anos depois, as gerações nascidas num Portugal já livre, sentiram o obscurantismo de outras Eras apenas através das palavras dos seus pais e avós, das páginas dos livros de História e das imagens da época. Contudo, é inegável que Portugal continua a viver uma profunda crise de valores, com escândalos diários de corrupção, de violência, de desigualdades no acesso aos mais elementares serviços universais consagrados na Constituição da República Portuguesa e que recordará a uns e fará surgir noutros, sentimentos que, enquanto Nação, julgávamos sepultados. -----
----- Numa altura em que País ainda não saiu de uma das piores crises no pós período de liberdade e se aproxima de um combate democrático deveras importante, torna-se árdua a tarefa de cativar o povo para o debate e a participação pública. -----
----- A democracia conquistada em 1974 delegou no povo e nos seus representantes um poder que acarreta elevado sentido de responsabilidade. Assim, torna-se urgente construir um debate sério de ideias, planos e alternativas e o abandono de discursos derrotistas e de picardias partidárias que descredibilizam os partidos e afastam os cidadãos da participação política. -----
----- A qualidade da classe política de um País depende do seu povo. Um povo sem esperança, debruçado sobre os seus próprios problemas e por isso incapaz de se preocupar com o futuro ou rumo do seu país, tentando apenas

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sobreviver, ficando refém de uma elite conspurcada por interesses que não os seus, não se pode abster de exercer o mais básico princípio democrático – O Voto. Seja ele local, nacional ou europeu. -----

----- Entre as forma mais eficazes de concretizar o objetivo de democratizar e desenvolver, está o poder local, uma das mais importantes conquistas de Abril. -----

----- Agir local, pensar global, são passos fundamentais que se dão diariamente nas autarquias, permitindo a construção de modelo eficaz de realização de um estado democrático, já que os eleitos convivem diariamente com quem os elegeu e acompanham as suas necessidades, carências e expectativas. -----

----- O rejuvenescimento político de um Concelho, de um País e da Europa só poderá acontecer se houver uma maior participação da sua população nesse processo. Devemos isso a Abril. Mas não esqueçamos que o processo não passa só pela mesa de votos, passa também pela participação ativa nos órgãos onde todos os cidadãos têm o direito de estar presentes e de fazer ouvir a sua voz de forma livre e sem opressão. -----

----- Abril e os seus ideais ensinaram-nos que nenhuma realidade, por mais negra que seja, é eterna ou imutável, que se cumpre lutando diariamente por mais prosperidade, justiça social, solidariedade, igualdade, liberdade e democracia. -----

----- Viva a democracia! -----

----- Viva a Liberdade! -----

----- Viva Alfândega da Fé! -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- “ Senhora Presidente da Câmara Municipal -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Digníssimas Senhoras Secretárias da Mesa -----

----- Senhora e Senhores Presidentes de Junta e de Agrupamentos de Freguesia -----

----- Senhores Presidentes de Assembleia de Freguesia -----

----- Demais Autarcas -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

----- Comemoramos hoje o quadragésimo terceiro aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e fazemo-lo com o mesmo espírito e com a mesma alegria que sempre presidiu às comemorações anteriores, na certeza de que, sempre que o fazemos, ano após ano, contribuímos para que a nossa memória colectiva saia reforçada e para que o já velho slogan “25 de Abril, sempre!” possa ser uma espécie de tónico cívico e democrático que nos ajude a manter bem acesa a chama dos cruciais momentos do Movimento dos Capitães. -----

----- Estamos aqui reunidos em Sessão de Assembleia Municipal e estão por isso aqui representados todos os municípios, apesar de não termos entre nós, lamentavelmente, uma plateia bem preenchida por numeroso público. -----

----- O momento ímpar de que falava há precisamente um ano, permanece e promete continuar, com um governo do partido socialista apoiado parlamentarmente, pela primeira vez, na nossa história democrática do pós- 25 de Abril, pelos partidos mais à esquerda, Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista Os verdes. -----

----- Pela primeira vez, temos em Portugal um governo apoiado pelas esquerdas e pela primeira vez na nossa história democrática, sem o recurso a orçamentos rectificativos – como no passado - atingimos o défice de 2% e tudo aponta, para que possamos ainda reduzi-lo bem mais, ao mesmo tempo que assistimos à diminuição do desemprego e ao crescimento da nossa economia. -----

----- Eu confio! -----

----- Para nós, alfandeguenses e transmontanos, quanto melhor correr a governação da actual solução governativa, maiores serão as perspectivas de desenvolvimento, sabendo-se, pelos sinais evidenciados no caminho de uma maior descentralização e de uma maior preocupação com os problemas das populações do interior que é intenção do governo implementar medidas que nos ajudarão a crescer no futuro, da forma mais sustentável possível. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Todos sabemos e não podemos ignorar os fortes constrangimentos sentidos ao nível local no que ao endividamento municipal respeita. -----

----- Todos sabemos que não tem sido fácil a vida do poder municipal da nossa terra, lutando contra as consequências do brutal endividamento herdado e que tem vindo a ser paulatinamente controlado. -----

----- Somos, é inegável reconhecê-lo, um Município com poucas receitas próprias e por isso, mais difícil se vem revelando a nossa recuperação financeira, depois dos ataques proporcionados pelos “malfeitores” da Troika com o beneplácito do governo liderado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, que nos diziam que não havia alternativa às suas políticas. -----

----- Já todos percebemos que não tinham razão e os dados económicos estão aí a demonstrar à saciedade que afinal, o “diabo” não chegou e nem se prevê que possa chegar. -----

----- Portugal tem vindo a melhorar e a sua economia vem crescendo ainda que lentamente, como o reconhecem as instituições europeias, sendo certo que estamos à beira de sairmos do chamado “défice excessivo”, tendo conseguido ainda o reconhecimento de que a presente solução governativa é geradora de estabilidade política, económica e social. ----

----- O aparecimento de autarquias locais dotadas de meios financeiros próprios e de autonomia administrativa, teve como sua peça fundamental a primeira Lei das Finanças Locais, Lei nº 1/79, de 2 de Janeiro de 1979, aprovada por unanimidade em 10 de Outubro de 1978. -----

----- Nestes quarenta anos que levamos de Poder Local Democrático, foram publicadas seis leis de finanças locais (Lei nº 1/79, de 2 de janeiro; Lei nº 98/84, de 29 de março; Lei nº 1/87, de 15 de Janeiro; Lei nº 42/98, de 6 de Agosto; Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro) legislação que tem vindo a permitir a execução dos poderes autárquicos nos 308 Municípios portugueses, com avanços e recuos ao nível de meios, sendo que as duas últimas leis fixaram limites para o endividamento municipal e foram por isso geradoras de limitações ao nosso desenvolvimento. -----

----- Ainda assim, o desenvolvimento no nosso concelho não estagnou e a par do controlo da dívida municipal o Município de Alfândega da Fé foi considerado o mais transparente de entre os 308 municípios portugueses, evidenciando, para além do mais, a prática de uma gestão equilibrada e adaptada aos recursos materiais e humanos de que dispomos, estando uma vez mais de parabéns o Executivo e todos os seus funcionários e colaboradores. -----

----- Ainda há dias, ouvi com agrado na Antena 1, uma responsável governamental realçar e referindo-se à experiência-piloto do “orçamento participativo” que em Alfândega da Fé, apesar de na assistência só terem estado presentes trinta e cinco pessoas, haverem sido apresentadas vinte e cinco ideias/projectos, o que, para além do mais, significa que aqui existe gente ávida de desenvolvimento e civicamente empenhada na melhoria do bem-estar colectivo. -----

----- Alfândega da Fé tem vindo a aparecer nas notícias por boas razões e é necessário que assim continue a suceder. -

----- Apesar da descentralização administrativa prometida pelo poder central, considero que é urgente trilhar o caminho da criação das Regiões Administrativas, tal como previsto no artigo 255º da Constituição da República. -----

----- O respeito pelo princípio da descentralização administrativa consagrado no artigo 238º da Constituição – desde que o Estado transfira em simultâneo as verbas necessárias, claro está – é o método adequado a permitir às autarquias que continuem e persistam na prossecução dos seus interesses próprios e das suas populações, pois, cada Município tem os seus problemas específicos e, ninguém melhor que os seus autarcas, sabem com resolvê-los. -----

----- Está a aproximar-se a data das eleições autárquicas, as quais, como recentemente ficámos a saber, se realizarão já no próximo dia 1 de Outubro, depois de ouvidos os partidos políticos. -----

----- Estas eleições serão, no meu modesto entendimento, um teste à popularidade do governo e, mais do que isso, representarão um teste ao funcionamento das autarquias e dos seus órgãos autárquicos. -----

----- Aqui em Alfândega da Fé, à semelhança do que sucede nos restantes Municípios portugueses, os munícipes vão ser chamados a pronunciar-se acerca do desempenho das autarquias e, ao que parece, avizinha-se uma campanha eleitoral viva, combativa e empenhada, sendo meu desejo que ela decorra com elevação, na apresentação de ideias e

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

alternativas de projectos e sem o recurso a ataques pessoais aos diversos candidatos e/ou listas de candidatos, no respeito integral pela salutar diversidade de opiniões. -----

----- Em democracia ganha-se ou perde-se por apenas um voto e ninguém tem a vitória assegurada à partida. -----

----- Em democracia, na luta democrática pelo acesso ao poder, não vale tudo; em democracia, não se pode recorrer à prepotência, sob pena de se ser castigado nas urnas; em democracia, devemos sempre respeitar a opinião dos outros e não subalternizar quem nos acompanha no exercício do poder, querendo quiçá, fazer valer apenas e tão só os nossos pontos de vista. -----

----- Ninguém, mesmo ninguém, pode vencer sozinho, porque é da discussão e do debate de ideias e projectos que nasce o caminho ideal a seguir, na prossecução dos objectivos de cada lista de candidatos autárquicos. -----

----- Apelo a todos que se empenhem em prole de uma campanha eleitoral autárquica autêntica, verdadeira, de proximidade, da qual possa resultar uma forte participação de eleitores, porque quanto menor for a percentagem de abstenções, maior será a representatividade dos eleitos e conseqüentemente mais vivacidade democrática traremos à nossa vida local. -----

----- No próximo dia 8 de Maio vamos comemorar o nosso Feriado Municipal pela primeira vez nesta data, comemorando simultaneamente o dia da nossa primeira Carta de Foral, concedida pelo Rei Dinis em 1294. -----

----- Do programa consta, para além do lançamento do livro “Alfândega da Fé – 40 anos de Poder Local Democrático”, do Prof. Francisco José Lopes a homenagem aos Autarcas do nosso Concelho, - seja qual for o figurino definitivo adoptado pela organização do evento - enquanto obreiros de tudo quanto mudou o rosto das nossas terras e as condições de vida das nossas gentes. -----

----- Em quarenta anos de Poder Local Democrático, o Município de Alfândega da Fé viu resolvidos muitos dos grandes e pequenos problemas e viu perspectivar-se a resolução de outros tantos. Está nas nossas mãos continuar o trabalho de todos quantos nos antecederam. -----

----- Oxalá a deriva totalitária recentemente surgida, na Turquia e a ameaça de uma desastrosa política – em minha opinião – do presidente Trump dos EUA, relativamente à Síria e à Coreia do Norte, não venham a fazer mergulhar a Europa numa outra crise, quando ainda não lográmos sequer sair completamente daquela, originada pela inexplicável investida dos EUA de Bush-filho no Iraque, sob o falso pretexto da posse de armas de destruição maciça, pelo então ditador iraquiano, em clara violação das regras do Direito Internacional, desenvolvendo um ambiente belicista há muito não visto. --

----- O terrorismo não se combate lançando ainda mais terror; o terrorismo combater-se-á lutando contra as causas que estão na sua génese, como a xenofobia e a miséria que afecta a vida de muitos milhões de seres humanos. -----

----- Por cá, as nossas armas são outras e, queremos um Poder Local cada vez mais fortalecido, esperando que das próximas eleições autárquicas – que desejamos muito mais participadas que as anteriores – saiam legitimados pelo voto, autarcas dialogantes, atentos, persistentes, cumpridores das promessas feitas e empenhados no desenvolvimento do nosso concelho, homenageando assim e dessa forma, todos quantos lutaram pela instauração do regime democrático. -----

----- Aqui chegado, não poderia igualmente deixar de homenagear Mário Soares, falecido em Janeiro do corrente ano, o qual, como é sabido, tanto contribuiu para que possamos estar aqui reunidos, enquanto autarcas, eleitos democraticamente. -----

----- Sem nos cansarmos ou recearmos sermos apelidados de saudosistas, devemos agradecer uma vez mais, quarenta e três anos depois, ao bravo Movimento dos Capitães de Abril por nos haver restituído, sem nada cobrar em troca, as liberdades, de expressão, de reunião, de associação, entre outras, em suma, a alegria de viver em democracia. -----

----- Viva o 25 de Abril, -----

----- Viva Alfândega da Fé, -----

----- Viva a democracia que Abril nos deu, -----

----- Viva Portugal!!” -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra começou por propor um voto de pesar pela morte do Senhor Cónego Manuel Joaquim Ochoa, pela obra deixada na freguesia de Cerejais, pois de facto a aldeia dos Cerejais é o que é, é conhecida além do Concelho pela obra deste Senhor, pelo que espera que a bancada do PS se associe a este voto de pesar. -----

----- Perguntou depois, a situação relativamente à água que estava a ser gasta pelo Hotel & SPA e que enquanto era detida a sua gestão pelo Município, entendia-se este benefício direto e saber se já foi legalizado este gasto no Hotel & SPA que neste momento é privado e está a tirar o benefício relativamente à freguesia e aos fregueses de Sambade. Referiu, de seguida, que houve uma prometida visita do proprietário a esta Assembleia ao próprio Hotel, trazendo aqui os vários investimento e comprometimento, fazendo na Assembleia a monitorização daquilo que é o contrato de concessão do Hotel & SPA e que há obrigações também da parte do proprietário. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que o Executivo se vai associar ao voto de pesar, propondo, inclusive, que não seja só voto de pesar, mas também de louvor, porque apesar do Cónego Ochôa ser uma pessoa polémica, é de relevar aquilo que de mais positivo deixou no seu trajeto ao longo da vida, porque esse é que é o mais importante, é o legado. No caso do Cónego Ochôa, que teve um funeral com honras especiais, a um homem que deixou uma obra que é importante para o Concelho, do ponto de vista do emprego, criou, nos Cerejais, o Centro Social e Paroquial, com o lar e todo o apoio que é feito aos idosos, não só nos Cerejais, como em algumas aldeias à volta, e é importante pelo próprio Santuário em si, pela Loca, pelo Calvário, pela festa que é feita em maio e que traz tanta gente ao Concelho. Assim, disse, o Executivo associa-se não só ao voto de pesar como também propõe um voto de louvor ao Cónego Ochôa. -----

----- No que respeita às questões diretas, começou por dizer que esta Câmara Municipal não só estabilizou a situação financeira, como tem vindo há dois anos a diminuir a dívida em cerca de um milhão por ano. Passou o ano anterior sem qualquer dívida a fornecedores, tem um prazo de pagamento de dois dias, ou seja, entra uma fatura na Câmara e é paga imediatamente se for preciso, pois há um fundo de maneio, não muito, que permita pagar quase a pronto. Isto, referiu, é muito importante para a economia local, pois as nossas pequenas e médias empresas não podem estar um ano, dois anos ou três anos como acontecia anteriormente, porque quando o atual Executivo assumiu funções o prazo médio de pagamento era de mais de novecentos dias, o que punha em causa os nossos fornecedores, a nossa economia local e, por isso, foi sempre prioridade deste Executivo. Uma segunda prioridade teve a ver com as duas empresas municipais que davam prejuízos anuais que ultrapassavam os duzentos mil euros por ano e que muitas vezes chegava aos trezentos mil euros, quer a EDEAF quer a Alfandegatur, e esses prejuízos tinham que ser cobertos pelo Município, ou seja, a Câmara tinha que pôr todos os anos nas empresas municipais, só para cobrir os prejuízos, cerca de meio milhão de euros e o atual Executivo conseguiu resolver o problema, extinguiu a EDEAF colocaram-se as empresas geridas pela EDEAF a serem geridas por privados e conseguiu-se vender o Hotel & SPA. No caso do Hotel & SPA a Câmara ainda tem lá 35% (trinta e cinco por cento) das ações, que pretende vender logo que seja possível, como uma forma de conforto para os bancos porque a dívida ainda é de um milhão e meio de euros. Quando o atual Executivo assumiu funções a dívida ultrapassava os três milhões de euros, a Câmara foi pagando a dívida das empresas municipais. O privado que comprou o Hotel & SPA assumiu a dívida de um milhão e meio de euros, e por isso, os bancos pediram que a Câmara se mantivesse lá durante algum tempo, até haver sinais de que aquele empreendimento era sustentável, ou seja, até que a empresa deixasse de dar prejuízos, que essa empresa passa de imediato a dar lucros, é preciso trabalhar para isso. No caso da Alfandegatur sempre existiram alguns constrangimentos tem a ver com o número de quartos, a Alfandegatur só tem vinte e cinco quartos e isso faz, com que qualquer hotel dificilmente seja rentável e por isso o investidor lhe está a fazer um projeto para fazer mais quartos. Não são quartos tradicionais, são pequenos apartamentos que funcionam um pouco como por exemplo no Algarve, os resorts, em que esses apartamentos vão ser vendidos ,a pessoa pode passar lá um período de tempo, mas ao mesmo tempo o Hotel pode alugar essas casas e ficar com uma parte do lucro, fazer as limpezas, as pessoas terem acesso ao SPA, terem acesso ao pequeno almoço. Continuando, referiu que também era necessário fazer um investimento no próprio Hotel porque já estava bastante degradado e os quartos, não só já estavam a precisar de investimento, tendo o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

privado, neste momento, feito lá mais de quatrocentos mil euros de investimento. Por isso, disse, não lhe parece que seja a altura neste momento para colocar essa questão, porque para a Câmara é importante que o Hotel & SPA seja rentável, é importante que haja investimento, que se crie mais emprego e que seja sustentável e a água que está a ir para o Hotel & SPA vem de dois furos do próprio Hotel e da água da Serra, uma água que vem de captações e que também é aproveitada para a rega dos espaços verdes de Sambade, e considera que neste momento ainda não há condições para estar a sobrecarregar o Hotel & SPA com mais esse custo. É evidente que quando houver mais quartos vai ter necessariamente de fazer investimento no abastecimento de água, porque se já agora no Verão é preciso às vezes os bombeiros irem lá acrescentar água porque com os furos e a captação da água não é suficiente. Assim, numa altura em que o investidor está oportuno estar a sobrecarrega-lo com mais este custo, sem prejuízo deste assunto estar também neste momento a não ser discutido com a Junta de Freguesia, o atual dono do Hotel & SPA e a Câmara, para encontrar as melhores soluções. A Senhora Presidente da Câmara referiu que o trabalho agora é atrair investimento e criar emprego, porque se não se fizer não haverá futuro e esse é o problema de termos cada vez menos gente. Para fixar as pessoas é preciso criar emprego e este Executivo está a fazer esse trabalho e conta que a curto/médio prazo os resultados se comecem a ver. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva, dizendo que a Bancada do PS se associa ao voto de pesar e de louvor, como todo o respeito que tem por todo o trabalho que o Cónego Ochoa realizou no Concelho. -----

----- Os votos de Pesar e Louvor foram aprovados, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21/04/2017, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que em todas as Assembleias, até em nome da transparência, traz aqui um relato de toda a atividade municipal que foi feita entre uma Assembleia e a outra, sendo que esse relatório é feito por cada Chefe de Divisão e serviços. -----

----- Referindo-se à área da cultura e turismo referiu que a equipa da Casa da Cultura e da Biblioteca Municipal têm feito um trabalho importante nessa área e o Município, tendo vindo a ser reconhecido como um Município, do ponto de vista cultural, dos mais dinâmicos do Distrito. Ressaltou depois um aspeto da inovação com que tem sido trabalhadas todas estas questões do turismo, que foi o primeiro astamite rural, que para os mais velhos poderá não dizer nada, mas para os mais novos tudo o que é redes sociais e, neste caso, o Instagram e todas as potencialidades que estas redes sociais têm na distribuição gratuita do nosso Concelho, estiveram cá dos mais importantes instagramers, no sentido de que têm muitos seguidores e aquilo que eles publicam na sua página no Instagram abrange muitos seguidores. Eles vieram à aldeia das Felgueiras onde neste momento os privados já investiram mais de um milhão de euros, sendo o principal investidor neste momento, o Dr. Nunes Azevedo e a sua esposa, recuperaram a escola primária, fizeram um hotel rural, que é extraordinário e vale a pena visitar, pois é quase um museu. Agora estão a construir num edifício ao lado, junto ao hotel, uma espécie de clínica, porque aquela aldeia vai ser uma aldeia virada para o Turismo. Este investimento está a ser feito, vai ser direcionado para o Turismo de Saúde e Turismo Cultural, sendo que o Dr. Nunes Azevedo vai direcionar-se mais para o Turismo de Saúde, mas há outro investidor, o Senhor João Andrade e Silva, que já tem o projeto na Câmara, que vai fazer um investimento na área do Turismo Cultural porque é uma pessoa ligada ao mundo da moda e da cultura e há ainda um outro investidor que vai recuperar algumas casas, tendo o projeto já entrado na Câmara. Por isso, disse, quis-se divulgar também o resto do Concelho, tendo sido feitos alguns passeios, e as pessoas tiveram a oportunidade de conhecer o Concelho, não só pelos monumentos, mas também pelas pessoas, porque as nossas pessoas, do ponto de vista do Turismo são uma riqueza que tem que se valorizar. No que respeita à Divisão de Obras está-se neste momento a apoiar

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

diversas candidaturas ao Baixo Sabor, estão também a ser feitas candidaturas da própria Câmara, decorrem as obras de reabilitação urbana da Vila, está a ser feita candidatura para recuperar a Casa do Arcebispo José de Moura, ou seja, está-se na altura em que os Quadros Comunitários estão a abrir os avisos. Quanto à Divisão de Urbanismo apoia quem quer investir, seja para fazer uma casa, seja para fazer um investimento turístico, responda até antes dos prazos legais, é muito célere, é um serviço que em muitas Câmaras funciona mal mas na nossa Câmara funciona muito bem. No que respeita à área financeira, a dívida em 2015 foi reduzida em 10% (dez por cento), mais de um milhão de euros e em 2016 mais de novecentos mil euros, e continua a ser reduzida, sendo que no primeiro trimestre deste ano tem sido esse o caminho da diminuição da dívida e até da diminuição ainda maior no prazo médio de pagamento, que no fim de 2016 era três dias e fim de março foi de dois dias. Não é que isso faça muita diferença mas significa que se continua esse trabalho. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação supra mencionada. -----

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2016

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que relativamente a este assunto o que queria ressaltar já o referiu, colocando-se disponível para responder a eventuais questões. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezassete votos a favor e nove abstenções, dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Pedro Morgado, Horácio Pinto e Carlos Pousado, aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano económico de 2016. -----

3) APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2016, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que é obrigatório trazer todos os anos à Assembleia um documento específico para o património municipal. Referiu que a Câmara tem uma pessoa a tempo inteiro para trabalhar esta questão e pensa que o património do Município já se encontra bastante bem inventariado, designadamente, todos os edifícios públicos, equipamento que existe dentro dos edifícios e até mesmo aquilo que é do domínio público, ou seja, estradas municipais, etc. Tudo isto, disse, tem que estar registado na Câmara Municipal e é avaliado em termos contabilísticos. Disse que esse trabalho está a ser feito e bem, e vai continuar a fazer-se porque é preciso atualizá-lo sempre. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que ouviu atentamente o que a Senhora Presidente falou relativamente à situação financeira do Município, referindo que é inegável que em alguns pontos melhorou, no que respeita à questão dos pagamentos houve diminuição do prazo. Disse que esta questão é discutível e que pessoalmente não se importava que o prazo fosse de vinte dias, se houvesse mais compras, pois significava que havia mais investimento. Consegue-se pagar a tempo e horas se se fizerem menos compras ou não houver compras. Relativamente ao inventário e património, de facto é de fazer referência ao bom trabalho que tem vindo a ser feito no que respeita a este serviço. Isto, disse, passou a ser obrigatório a partir de determinada altura, não era antes, tendo a Senhora Presidente referido que aqui entravam estradas e outros vários investimentos, não podemos esquecer que muito deste inventário e património que está aqui elencado, também vem do Executivo anterior. É preciso fazer referência que há o endividamento, mas também ficou o património que neste momento é inventariado, e ele vale dinheiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em epígrafe. -----

4) MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTº 29º DA LEI Nº 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que o PAM é um plano de ajustamento municipal que a Câmara foi obrigada a fazer por estar em excesso de endividamento e que tem as medidas que a Câmara se propõe tomar para alcançar o objetivo que é ir reduzindo sempre o endividamento até deixar de estar em excesso de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

endividamento. No que diz respeito a este Plano de Ajustamento Municipal, o Executivo não só tem cumprido as metas como as tem superado, ou seja, o Executivo reduziu muito mais o endividamento do que estava previsto e reduziu-se muito mais o prazo de pagamento que estava previsto. Disse que ainda não foi recebida a apreciação da Comissão responsável pelo Fundo de Apoio Municipal, mas o Executivo está perfeitamente consciente que está a cumprir aquilo que é o mais importante tirando um ou outro pormenor porque se tem empenhado nisso, como se pode ver no documento, onde está tudo muito bem explicado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento supra mencionado. -----

5) NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, a Senhora Presidente da Câmara disse tratar-se de uma imposição legal e a Câmara está a propor o Senhor Dr. Peixinho, que sempre foi o Revisor Oficial de Contas e agora passa a ser o Auditor Externo. Referiu que houve uma alteração da legislação e agora é obrigatório nomear um Auditor Externo que no fundo acaba por ter as mesmas funções que tinha o Revisor Oficial de Contas. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio pedindo um esclarecimento, referindo que isto foi um procedimento concursal, onde foram convidadas três entidades, tendo sido adjudicada à Sociedade Fernando Peixinho & José Lima, Soc. Lda. A Senhora Presidente da Câmara disse tratar-se de um ajuste direto com convite a três entidades, que é o que a lei obriga, não é propriamente um concurso. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezassete votos a favor e nove abstenções, dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Pedro Morgado, Horácio Pinto e Carlos Pousado, nomear como Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas a empresa Fernando Peixinho & José Lima, Soc. Lda. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal realçou este ponto dizendo que em reunião de câmara o Senhor Vereador Carlos Bebiano, que também esteve presente, também votou favoravelmente à nomeação do atual Auditor Externo, porque houve uma consulta a três entidades, ou seja, foi votado por unanimidade, pois aliás, trata-se no fundo de uma manutenção, pois é o mesmo Gabinete que fazia este trabalho no tempo do ex-Presidente da Câmara, Dr. João Carlos Figueiredo, portanto não houve aqui uma alteração demais. -----

----- Os Senhores Deputados do Grupo do PSD/CDS decidiram abster-se, portanto, foi este ponto aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor e nove abstenções. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio dizendo que fez a pergunta e foi-lhe respondido que não foi um concurso, mas sim um ajuste direto e, para quem não sabe, um concurso prevê regras e é atribuído a um valor mais baixo, enquanto que o ajuste direto é um acordo direto com a entidade. Assim, referiu, a abstenção da bancada que representa não tem a ver com a questão do vencedor, mas sim com a questão do processo, que é uma responsabilidade do Executivo. A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que o ajuste direto é um procedimento em que há um Caderno de Encargos e há regras e também se atribui a quem fizer um menor preço e a quem cumprir o Caderno de Encargos, a única diferença é que num concurso não são feitos convites a entidades, quem quiser concorre. A Câmara escolheu três entidades, o que está de acordo com a Lei. Aquilo que o Senhor Deputado Luís Terêncio disse não é verdade. Referiu que a Câmara fez uma negociação direta, mas aquilo que foi feito foi elaborado um Caderno de Encargos e a Lei prevê que até um determinado valor possa haver um ajuste direto. Foi feito um Caderno de Encargos, convidaram-se três entidades e uma das regras, entre outras, é o preço mais baixo. O procedimento adotado está de acordo com a Lei. -----

6) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSOS COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR TURISMO;

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que a Autarquia, por estar em excesso de endividamento e pelas políticas do Governo anterior, durante quatro anos, praticamente, quase que não conseguiu contratar ninguém a partir

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de 2011, apenas em 2010 se conseguiu ainda abrir alguns concursos. A partir de 2011 saiu toda a legislação que tinha como objetivo diminuir o número de funcionários públicos. Isso em si, disse, pode parecer louvável, mas a verdade é que quando o atual Executivo assumiu funções a Câmara tinha 165 trabalhadores e depois havia os trabalhadores das empresas municipais e hoje tem-se 144 trabalhadores, valor que já inclui 12 pessoas que entraram da EDEAF, quando foi extinguida a EDEAF. Isto quer dizer que este Executivo já reduziu de 165 para 132 (144 colaboradores da Câmara menos os 12 da EDEAF) o que quer dizer que já se reduziu em muito o número de trabalhadores. Continuando, disse que isto pode parecer bom e certamente ajuda ao controle das contas, mas não é bom porque as pessoas são precisas para executar bem as funções que a Câmara necessita. Deu como exemplo o facto de a Câmara só ter dois jardineiros, três varredores. As pessoas, às vezes criticam porque a Câmara tem muitos CEI's, ou seja, contrato do Centro de Emprego, mas se não se fosse buscar as pessoas por esses contratos, a Câmara não tinha quem tratasse dos espaços verdes, quem varresse as ruas. Estas políticas podem parecer boas, mas no fundo, as pessoas são precisas para executar as funções. A Câmara neste momento está a precisar para executar funções que têm vindo a ser asseguradas por CEI's e isto não pode continuar, ou seja, vai-se continuar a utilizar os CEI's por mais algum tempo, mas o objetivo do Executivo é que as pessoas entrem como deve ser para o quadro da Câmara. Disse, depois, que a Câmara tem vindo a assegurar o funcionamento da EB1 e até da EB 2,3/S e das Pré-Escolares, muito com CEI's e não se pode manter as pessoas permanentemente nesta situação e, ainda por cima, o Ministério da Educação não está a abrir, como devia abrir, os concursos para os assistentes operacionais e para os assistentes técnicos, embora, como todos sabem, está na Assembleia da República uma legislação que provavelmente em que todos os assistentes operacionais e assistentes técnicos, quer da Educação quer da Saúde, podem vir a ser geridos pelas Câmaras Municipais. Por isso, referiu, a Câmara dentro dos condicionalismos que tem, pois continua a ter várias restrições que vêm até do Orçamento de Estado, dando como exemplo o facto de o Orçamento de Estado 2017 dizer que não se pode gastar mais em 2017 do que se gastou em 2016, ou seja, só se vai conseguir contratar à medida em que as pessoas se vão reformando. Referiu, depois, que o Executivo vai continuar a trazer à Assembleia, propostas de abertura de concursos à medida que se vá tendo disponibilidade financeira para o fazer porque isso é uma necessidade da própria Câmara e é também um direito das pessoas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que no caso em concreto, pontos 6 e 7, dos quais falará em conjunto, com a permissão do Senhor Presidente da Mesa: trata-se de um Técnico Superior de Turismo, sendo que neste momento esse papel de responsável pelo Turismo e pela cultura e pela equipa da Casa da Cultura está a ser feito pela sua Chefe de Gabinete não é para isso, é para apoiar a Presidente da Câmara e ainda para mais uma área, que é o Turismo, que vai ser muito importante no futuro em termos de investimento e criação de emprego, a Câmara tem que ter um Técnico Superior de Turismo. No que respeita ao ponto seguinte (ponto 7) disse tratar-se da abertura de concurso para um Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, que agora a Câmara tem mas numa situação de Contrato de Prestação de Serviços. Agora, disse, está-se a abrir concurso para ter um Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho que fará parte do Quadro ou Mapa de Pessoal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio referindo-se às duas aberturas de concursos, referiu que quando se fala destes assuntos fala-se sempre de casos complicados, fala-se de emprego e ninguém pode nem está contra o emprego, pois ninguém gosta de estar em situação precária. Obviamente, referiu, se as pessoas são precisas há que lhes dar um lugar condigno à sua posição e com a atribuição das funções. Disse, depois, que o sentido de voto da bancada que representa é favorável a estes dois concursos, um porque se prende com algo muito importante no Concelho, transversal a todos os Concelhos, que é o Turismo, o outro, é obrigatório por lei (Leis 3/2014 e 102/2009), dando depois um concelho à Senhora Presidente, que tem a ver com a leitura dos artigos 100 e 101 que se calhar, quando tiver oportunidade, que não será num futuro próximo porque infelizmente o Município se encontra em rutura financeira, o que não vai permitir em 2018 e 2019 abrir mais concursos porque existe compromisso com o PAM e o endividamento, a não ser que se altere em termos de legislação, mas dá-lhe o conselho de que quando tiver oportunidade, não ter um mas sim dois técnicos sendo um Técnico Superior, até porque tem mais de trinta trabalhadores a fazer trabalhos de risco elevado. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, autorizar a abertura do procedimento concursal em epígrafe, nos termos as informações constantes do processo. -----

7) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSOS COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO;

----- As intervenções relativas a este assunto foram feitas em conjunto com o ponto anterior (ponto 6), com a autorização do Senhor Presidente da Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 7 à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, autorizar a abertura do procedimento concursal em epígrafe, nos termos das informações constantes do processo. -----

8) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que os pontos 8, 9, 10, 11 e 12 são todos contratos interadministrativo. Referiu que a lei prevê que a Câmara Municipal possa fazer com as Juntas de Freguesia este tipo de contratos, em que passa algumas competências que são da Câmara Municipal para a própria Junta de Freguesia com os respetivos meios financeiros. Neste caso em concreto, estas Juntas de Freguesia estão a fazer candidaturas ao Fundo do Baixo Sabor, que sendo aprovadas vão financiar as obras em 90% (noventa por centos), sendo que a Autarquia apenas tem que disponibilizar os 10% (dez por cento) restantes. A Câmara está a aproveitar e a ajudar estas Juntas de Freguesia de maneira a ir buscar este dinheiro e fazer estas obras com muito pouco custo para a Câmara e praticamente quase nada para as Juntas de Freguesia, a não ser o trabalho, porque as Juntas de Freguesia com este tipo de contratos interadministrativo têm muita burocracia mas também é uma forma de aprenderem. A Câmara está a ajudar no processo das candidaturas, nos procedimentos de adjudicação do concurso, está-se a ajudar em tudo, mas também os Presidentes de Junta estão a aprender bastante com este processo e a própria Câmara também, porque não se tinha ainda utilizado esta figura do contrato interadministrativo, que é também uma forma de descentralizar algumas competências nas Juntas de Freguesia, com os respetivos meios e, neste caso em concreto, como são candidaturas ao Fundo do Baixo Sabor, há uma regra no aviso em que cada entidade não pode fazer mais de duas candidaturas. A Câmara podia ter feito as candidaturas mas não podia fazer mais de duas, pelo que se optou por ser cada Junta de Freguesia a fazer essa candidatura e por isso a Câmara está a propor a aprovação destes contratos interadministrativo. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e a Senhora Presidente da Câmara, relativamente ao ponto 8, convidaram o Senhor Presidente da União de Freguesias a falar sobre o assunto, tendo ele dispensado intervir. ----

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio, explicando que a candidatura é para requalificação da estrada desde a EN 215 até à Gouveia, que aliás já está executada, tendo uma parte sido paga pela EDP e outra parte vai ser agora financiada pelo Baixo Sabor. Essa era uma das estradas mais degradadas e agora vai ficar bem e as pessoas ficarão mais bem servidas com esta requalificação. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra começando por dizer que ao receber a ordem do dia ficou contente ao ver um conjunto de contratos interadministrativos. Disse ter tido a preocupação de ler um pouco mais a fundo estes contratos e onde percebeu que havia dinheiro envolvido, 90% (noventa por cento) do Fundo do Baixo Sabor. Mas por outro lado levantaram-se-lhe outras questões: vê-se um conjunto de Freguesias e Uniões de Freguesias, obras elencadas, algumas sabendo-se quais são de forma direta, outras já estão até feitas, e todas elas têm o seu interesse, mas não estão aqui todas as Freguesias pois há Freguesias a faltar, pelo que pergunta porque é que estão umas e não estão as outras, porque não se aproveita o dinheiro do Fundo do Baixo Sabor, de medidas compensatórias, nomeadamente, freguesias como Vilarchão, Parada e Sendim da Ribeira, que têm uma intervenção mais direta no que respeita à construção do Baixo Sabor, pelo que pergunta porque não estão todas e só estão algumas e não estão as outras.-----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara, respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que a Câmara sabe que tem um valor fixo, que se sabe exatamente qual é no aviso que foi aberto. Disse, depois, que os quatro Municípios do Baixo Sabor, Alfândega, Moncorvo, Mogadouro e Macedo resolveram entre si dividir mais ou menos o dinheiro em função da área submergida pelas águas, embora tenha também uma base que é igual para todos, porque no fundo isto é uma compensação por terem ficado debaixo de água muitos terrenos agrícolas outros terrenos e ter havido também prejuízos com a barragem. Por isso mesmo, e porque também nessa altura, não se cansa de dizer isso e provavelmente vão ser precisos outra vez; embora muita gente diga mal dos ecologistas, em sua opinião, se não fossem os ecologistas a lutarem contra a EDP e a barragem do Baixo Sabor, que as Câmaras apoiaram, os municípios não tinham conseguido as medidas de minimização e as medidas de compensação. A EDP foi obrigada, para construir a barragem, a dar essas contrapartidas ao território e pensa que, em parte, também resultou da luta dos ecologistas e agora vão ser novamente necessários, explicando depois porquê: quando a barragem começou a ser feita, estava previsto e a própria EDP enviou às Câmaras os valores que iriam receber para este Fundo anualmente; o que estava nessa previsão é que quando a barragem já estivesse em funcionamento, como o que vai ser atribuído é uma percentagem do valor da energia produzida, as Câmaras iam aumentar o valor do Fundo; mas a EDP conseguiu a maravilha de ter reduzido as municípios o valor depois da barragem ter começado a funcionar. Continuando, referiu que os municípios embora tenham chegado a um acordo mínimo tendo sido celebrado um protocolo para não atrasar estas candidaturas, não significa que os municípios não vão “lutar” por aquilo que entendem que são os seus direitos. Respondendo, mais diretamente ao Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que já abriram vários avisos ao Baixo Sabor. Num dos primeiros avisos a Câmara recuperou a Capela da Legoinha, um investimento de mais de cem mil euros, obra que ficou muito bem como todos sabem, é pena que não esteja muitas vezes mais visitável, sendo uma situação que se vai tentar resolver. Essa foi uma das primeiras candidaturas feitas porque aquela Capela todos sabem o valor que tinha e se não fosse feita a intervenção a parece do fundo que tinha uma pintura mural que até era desconhecida e foi descoberta quando a Câmara andou a fazer o inventário do património religioso, é uma pintura de muito valor e estava escondida como é hábito e estava pintada na parede do fundo onde se celebrava a missa, foi recuperada, e como o muro estava com uma fenda, sujeito a cair, teve que ser logo feita aquela recuperação. A Senhora Presidente disse que a Câmara gostaria de trabalhos em todas as aldeias, mas não há dinheiro para isso porque só tem pouco mais de duzentos mil euros neste aviso. Mas, disse, vai haver outra possibilidade de fazer pequenas obras através da DESTAQUE, do PDR, que é outro programa comunitário, estando o Executivo a pensar intervir na escola dos picões, na Junta de Freguesia de Soeima e acabar a escola de Valpereiro, cujas obras estão a meio. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio perguntando que critérios estiveram em cima da mesa e auscultação por parte do Executivo para com os Presidentes de Junta para criar este critério, no fundo de equidade na distribuição deste valor de investimento, que já percebeu que era limitado e qual é a garantia que a Senhora Presidente pode dar às restantes freguesias de que também vão ser abrangidas por estas medidas compensatórias, relativamente ao Fundo do Baixo Sabor, desse investimento. -----

----- A Senhora Presidente respondeu dizendo que têm sido uma Câmara Municipal que apesar de só três freguesias não serem do PS, têm tratado sempre bem todos os Presidentes de Junta. Referiu, depois, que o grande investimento que vai ser feito no próximo mandato, vai ser exatamente nas freguesias de Vilarchão/Parada, no regadio onde se vai investir dez milhões de euros e esse é um trabalho em que a Câmara pagou o estudo prévio, a Câmara está a apoiar nos projetos, a Câmara está a fazer todos os procedimentos, está a organizar a Associação de Agricultores. -----

----- A Câmara vai também investir na requalificação da Camba que já é um projeto aprovado, enquanto que Vilarchão/Parada tem candidatura, mas há sérias expectativas de que será aprovado, sendo um investimento de cinco a seis milhões de euros. Ajudou-se na Parada a fazer um lar de idosos que custou quatrocentos mil euros e outro em Gebelim que custou um pouco mais de quatrocentos mil euros. Referiu, depois, que o Executivo está a tentar investir de forma mais ou menos igualitária. É evidente que as necessidades e as oportunidades não são iguais, mas por exemplo, foi feito muito mais serviço por administração direta nos Vilares da Vilariça do que noutras aldeias, mesmo agora em

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Vilarchão/Parada foi feito um calçetamento que a Câmara é que vai pagar pois não tem nenhuma participação, e tudo o que tem sido pedido o Executivo tem vindo a fazer. No entanto, também é verdade que há Presidentes de Junta que são mais insistentes e, depois, por esse facto acabem por ter um bocadinho mais de vantagem, mas o Executivo não discrimina ninguém e sempre que um Presidente de Junta se dirige ao Executivo, o Executivo trata de responder positivamente aquilo que é solicitado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal o ponto oito à votação tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, ratificar a autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 164/3, do Código do Procedimento Administrativo. -----

9) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A FREGUESIA DE SAMBADE;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sambade a falar sobre o assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sambade referiu que em relação a este contrato interadministrativo o que vai acontecer é que os passeios desde a casa da Senhora Jacinta até à Casa do Senhor Mário Oliveira, que assim identifica para as pessoas perceberem melhor, vão ser requalificados. Portanto, disse, esta candidatura tem essa vertente, o assunto já foi também à Assembleia de Freguesia, estando assim encaminhada, para de uma vez por todas aquele local deixar de ter lixo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, ratificar a autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 164/3, do Código do Procedimento Administrativo. -----

10) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Pombal e Vales a falar sobre o assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Pombal e Vales referiu que no âmbito da União de Freguesias de pombal e Vales o projeto que vai ser executado consiste na requalificação do largo onde é feita a feste de verão do Pombal, onde são comemoradas as festividades em honra de Santa Marinha, que é a padroeira do Pombal. Referiu que entende que aquele largo merece uma requalificação condigna, pois é um espaço muito agradável que tem habitualmente uma festa muito interessante, muito aconchegada a toda a gente, trabalha-se ali com muita afetividade. Com esta requalificação, aquele espaço vai ganhar um embelezamento muito engraçado, vai ser visto o enquadramento da obra, qual o prosseguimento dos trabalhos, ficando ali por resolver uma coisa que mais tarde terá que ser resolvida, que tem a ver com uma homenagem a uma coisa que havia naquele largo que era a Fonte do Engranhado. Disse que era uma crença interessante que havia ali, que quando as crianças nasciam e tinham algumas “maleitas”, como diziam as pessoas, mergulhavam as crianças numa pia natural que havia no ribeiro, ou melhor no cruzamento dos dois ribeiros, que agora já estão debaixo da placa do largo, e depois colocavam as crianças à frente da imagem de Santa Marinha na Capela, e de acordo com a posição que o bebé adotava, podia ficar de costas ou de barriga, era sinal que a coisa evoluía positivamente ou negativamente. Continuando, disse, esta situação não foi contemplada no projeto por falta de tempo, mas existe já a ideia de como se deve revitalizar esta questão. A obra custa quarenta mil euros e de acordo com aquilo que já foi dito pela Senhora Presidente, será financiada a 90% (noventa por cento) pelo Fundo do Baixo Sabor e a Junta de Freguesia disponibilizará os restante 10% (dez por cento). -----

----- De seguida o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, na qualidade de Presidente da Junta da União de Freguesias de Pombal e Vales, agradeceu ao Executivo pelo facto de ter cedido à pretensão da Junta, de fazer a obra de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

requalificação daquele largo, que é um anseio da população do Pombal já muito antigo, de tal forma que há alguns anos atrás fizeram uma aldrabice rápida antes das eleições, daí aquilo estar no estado em que está. Espera que agora fique melhor, por isso agradece ao Executivo por agora de forma organizada, bem sistematizada, com um projeto de execução, quer de engenharia, quer orçamental, para tudo correr bem. Disse que também queria agradecer especialmente aos Técnicos da Câmara que acompanharam a Junta neste processo e, podendo ser injusto não referindo alguns, queria referir dois essencialmente, que são o arquiteto Fernando Antunes e a Técnica Andreia Amaro, pois quer um quer o outro tem feito o acompanhamento do procedimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, ratificar a autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 164/3, do Código do Procedimento Administrativo. -----

11) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro a falar sobre o assunto. Encontrando-se no momento ausente, a Senhora Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. Referiu que esta candidatura é para requalificar o centro da Saldonha. A Saldonha é uma aldeia que está já mais junta do Concelho de Macedo de Cavaleiros, mas no passado já foi uma freguesia central no Concelho de Alfândega da Fé e tem ali uma casa que era a Casa do Dr. Cordeiro e dois freixos muito bonitos. Disse que este largo é também o espaço onde se realiza a festa da aldeia e vai ser requalificado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto onze à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, ratificar a autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 164/3, do Código do Procedimento Administrativo. -----

12) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Gebelim e Soeima a falar sobre o assunto, tendo ele dispensado intervir. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio, explicando que a obra que vai ser feita é o alargamento de um largo, que é o largo onde também se faz a festa, porque Gebelim tem tido sempre um problema que tem de ser melhorado porque é um largo um bocadinho pequeno para a festa, não tem casas de banho públicas e vão ser agora construídas, vai ser também alargada a rua de acesso ao largo, e tudo isto está incluído na candidatura. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto doze à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, ratificar a autorização da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 164/3, do Código do Procedimento Administrativo. -----

13) COMISSÃO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ANO 2016 – PARA CONHECIMENTO;

----- O Senhor Presidente da Comissão supra mencionada, Prof. Alberto Faria começou por dizer que o Relatório apresentado é baseado em três pontos, que é o resultado da análise feita a nível processual. Disse que no ano passado foram realizados trabalhos, trinta e dois processos, sendo dezoito provenientes de 2015 e os restantes de 2016, estando neste momento a trabalhar-se com treze processos, o que quer dizer que foram reduzidos muitos casos em termos de trabalho em relação à crianças sinalizadas, em situações de perigo. Referiu, depois, que o relatório de avaliação foi também feito relativamente a atividades de carácter preventivo. A Comissão tem sempre um trabalho com atividades preventivas, dando como exemplo “Abril, o mês da prevenção dos maus tratos” A Senhora Presidente da Câmara interveio

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e pediu ao Senhor Presidente da CPCJ para falar um pouco sobre os problemas dessas crianças porque os processos correspondem a crianças em risco, cada processo pode ter até mais do que uma criança, que tipo de crianças são e que tipo de problemas. O Senhor Presidente da CPCJ disse que as problemáticas, basicamente, andam à volta da negligência, situações relacionadas com violência doméstica e questões de absentismo escolar, pode haver outro tipo de sinalizações e de perigo, mas basicamente no Concelho são as referidas, não se pode dizer que haja situações muito perigosas. Disse que a Comissão em articulação com as diferentes entidades tenta acompanhar o melhor possível cada situação, tendo havido um trabalho de colaboração e articulação com o Centro de Saúde, Município, o Agrupamento de Escolas, a Santa Casa, mas também com o próprio Tribunal, porque quando a Comissão não consegue resolver as situações só por si, de acordo com a legislação têm que ser propostas as situações ao Ministério Público, daí que a Comissão tenta articular quer com as entidades de primeira linha, as chamadas entidades primárias, quer com o Tribunal. Referiu que há situações que obrigatoriamente tem que ser informado o Tribunal e que há cada vez mais um trabalho, da muita proximidade com o Ministério Público para verificar se cada situação está a ser ou não bem acompanhada. De seguida, o Senhor Presidente da CPCJ perguntou se a Câmara recebeu alguma indicação da Associação Nacional de Municípios no que respeita à questão das verbas, à forma como as Câmaras têm que abrir as contas, tendo a Senhora Presidente respondido que não. –

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio começou por agradecer a presença do Senhor Presidente da CPCJ e ressaltar o trabalho meritório que a comissão tem feito. De seguida, perguntou ao Senhor Presidente da CPCJ qual o orçamento da Comissão, que verbas têm e como são gastas e qual é o apoio que têm, e pediu que explicasse qual a equipa multidisciplinar que trabalha com a Comissão. O Senhor Presidente da CPCJ, referindo-se à questão das verbas disse que em 2016 os valores rondavam os 750,00 euros mensais, tendo no ano de 2017 sido atualizado e ronda os 1.750,00 euros por mês. Acha que essa verba vai chegando aos municípios de três em três meses, não sabendo se na prática funciona assim. Explicou, depois, que esse dinheiro é dividido em várias partes, ou seja, parte é para apoio logístico, que é a verba que a Câmara tem obrigatoriamente de contribuir sem restrições, há outra parte que é o fundo de maneiço, que são cerca de 50,00 euros mensais, e a outra, é um apoio que a própria Comissão Nacional através da Segurança Social dá às Câmaras por ceder o espaço. Quanto à equipa multidisciplinar disse que felizmente é uma equipa que tem gente de todas as áreas, educação, desporto, jurídico, assistentes sociais, psicologia, segurança e saúde. -

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Lopes referindo que como professor está envolvido nestas coisas, tendo neste momento a função de tutor de dois alunos em risco, o que implica que tenha que ter conhecimento como é que estas coisas funcionam. Continuando, disse, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não é mais do que um agregado de pessoas, muito importante, que pertencem já a instituições e que por causa disso não precisam de orçamento, precisam é de ter a boa vontade de todas as instituições, que facilitam a cedência de técnicos e de pessoas para fazerem o acompanhamento dos jovens. Nesta perspetiva, parece-lhe que quer o Ministério da Educação, através da Escola, quer a Câmara, através dos Técnicos que tem posto ao serviço da Comissão, quer a GNR, Santa Casa da Misericórdia, todas as entidades envolvidas, têm estado a dar o seu máximo e o seu melhor para minimizar a possibilidade de ocorrência de situações anómalas com os jovens. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio, dizendo que a Câmara Municipal disponibilizou um espaço que pensa que tem todas as condições para a Comissão trabalhar, e tem disponibilizado tudo o que é necessário e pedido, incluindo os técnicos. Disse, depois, que a Câmara tem acompanhado problemas de maus tratos, problemas de pobreza, porque a pobreza leva a muitos outros problemas, alguns que considera graves. Referiu, depois, que a Comissão tem feito um trabalho de acompanhamento tão perto, que em sua opinião tem conseguido minimizar e diminuir muito esse risco, dando depois os parabéns à Comissão pelo trabalho realizado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que há um documento que faz parte do Relatório da CPCJ, que diz que o plano de 2016 foi executado com sucesso na quase totalidade, só não tendo sido executado por falta de verbas a participação no encontro anual da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens que se realizou na Madeira. O Senhor Presidente da CPCJ disse que provavelmente as palavras usadas no relatório não foram as mais

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

corretas. Na altura foi pedida informação se já tinha vindo dinheiro e foi-lhe dito pelos serviços de contabilidade que haveria pouco dinheiro disponível para o efeito naquele momento. Disse que a própria Comissão optou não ir e preferiu que esse dinheiro fosse revertido para algum apoio e houve um urgente que teve que ser prestado e assim foi preferível prescindir da ida à Madeira, para apoio a uma criança que tenha mesmo verdadeiramente necessidade, o que foi o caso. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Alfândega da Fé. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o munícipe Professor Francisco José Lopes, começando por associar-se ao Voto de Pesar proposto pelo Deputado Luís Terêncio e depois acrescentado pelo Voto de Louvor pela Senhora Presidente da Câmara, não só teve o prazer de ser amigo do Dr. Ochôa, infelizmente não pôde estar presente no funeral porque à mesma hora realizou-se em Alfândega da Fé o funeral de outro amigo, dizendo, depois que este Homem foi polémico, mas era um visionário, sobretudo na área religiosa e conseguiu, contra tudo e contra todos, pois teve muitos entraves dentro da própria igreja, para conseguir que o Santuário de Cerejais se transforma naquilo que se transformou. Pode dizer-se também que o nosso Concelho descobriu também demasiado tarde a importância daquela obra para o próprio Concelho foi ele que lhe fez perceber o interesse daquela obra para o Turismo, principalmente o Turismo religioso, principalmente com aquele espelho de água enormíssimo que agora está ali à volta. -----

----- De seguida, usou da palavra a munícipe, Dr^a Felicidade Ferreira, começando por felicitar a Assembleia em homenagem ao 25 de Abril, pois é uma data em que todos têm que festejar, porque trouxe a liberdade. Referindo-se, depois, às obras de requalificação urbana, que é de louvor, pese embora o incómodo que provoca nesta fase, mas que acha que são obras estruturais, não é fogo de vista, são obras profundas, mudam canalizações, mudam esgotos e tudo isso é para futuro, é de louvar. Perguntou, depois, quais as comparticipações no que respeita às aquisições da Casa do Arcebispo José de Moura, Casa Passal e Lagar D'El Rei. A Senhora Presidente esclareceu que essas obras serão comparticipadas em 80% (oitenta por cento) por fundos comunitários. No que respeita às negociações, já se chegou a acordo com os donos da Casa do Arcebispo José de Moura, quanto à Casa Passal a igreja vai fazer o Centro Social e Paroquial, que vai ter duas funções, alojar os Senhores Padres e ter uma função comunitária. O Lagar D'El Rei houve um acordo sobre o valor com o Dr. Joaquim Mendonça, mas ele andarà a fazer outras negociações com particulares. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Domitila de Fátima Morais Branco)